

8/11  
S



INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA  
CONSELHO TÉCNICO – CIENTÍFICO

**2ª Reunião Ordinária do Conselho Técnico-científico**  
**16 de Dezembro de 2010**  
**10:00**

Ao 16º dia do mês de Dezembro de 2010 reuniu na sala de Órgãos do ISEL, às 10:00 horas, o Plenário do Conselho Técnico-Científico, presidido pela Prof. Manuela Vieira, com a presença dos seguintes professores: António Manuel Albuquerque Couto Pinto, Feliz José Mil-Homens dos Santos, Fernando Manuel Gomes de Sousa, Filipe Manuel Vaz Pinto Almeida Vasques, Helena Maria da Nóbrega Teixeira Avelino, João Manuel Ferreira Calado, João Miguel Alves da Silva, Joaquim Infante Barbosa, Jorge Filipe Oliveira de Mendonça e Costa, José Luis Galvão Vieira da Luz, Luís Camilo do Canto de Loura, Luís Filipe Graça Morgado, Luís Manuel dos Santos Redondo, Maria da Graça Dias Alfaró Lopes, Maria Helena Ferreira Marecos do Monte, Maria Teresa Oliveira Moura e Silva, Nuno Paulo Ferreira Henriques, Paulo Alexandre Carapinha Marques, Paulo Santamaria Sousa Tavares Gouveia, Pedro Miguel Torres Mendes Jorge, Víctor Manuel Fernandes Mendes e pelo professor Manuel Martins Barata como convidado. Justificaram as ausências o professor Amin Karmali e Hélder Pita.

Foi proposta a inclusão dos seguintes pontos na agenda: «0. Aprovação da Acta nº 1 do Plenário de 16 de Setembro de 2010», «6.7 Aprovação da Distribuição de Serviço Docente da ADEM», «15. Reconhecimento de mérito técnico-científico de contratos e protocolos», «15.1 ADEETC Contrato de prestação de serviços entre o ISEL e a Refertelecom», «15.2 ADEM Protocolo de Cooperação e contrato de prestação de serviços com a empresa Gilead Sciences Lda e o ISEL».

Foi lida a agenda da reunião e aprovada por unanimidade. De seguida deu-se início à reunião que teve o seguinte desenvolvimento:

**0. Aprovação da Acta n.º 1 do Plenário de 16 de Setembro de 2010**

Após algumas sugestões propostas a acta foi aprovada por unanimidade.

**1. Informações**

A Presidente do CTC informou sobre as reuniões parcelares ocorridas entre os presidentes das Áreas Departamentais, Presidente do CTC e Presidente do ISEL para a análise de medidas impostas pelo RJIES e consequentes alterações na Distribuição de Serviço Docente.

O Prof. Luis Redondo pediu para ser incluída a seguinte informação:

*«Informação para a Acta da 2ª reunião Plenária do CTC  
Tendo em consideração os entraves que a Presidência do ISEL tem colocado à realização da actividade de investigação e desenvolvimento (I&D), nomeadamente:*

1) Os Projectos de investigação e de desenvolvimento (I&D): POCI/FP/81932/2007, CERN/FP/83497/2008, CERN/FP/109274/2009 "Desenvolvimento dum modulador para aplicação de altas tensões no alvo instalado no ISOLDE/CERN", têm decorrido desde 2007, com aprovações sucessivas de um ano, tendo como instituições proponentes, alternadamente, o ISEL e a FUL e como centro de investigação o CFNUL. Ao longo destes três anos o projecto envolveu investigadores do ISEL, IST, CFNUL, FCUL, ITN e do CERN. Este ano o ISEL, como instituição proponente, inviabilizou a proposta de continuação do projecto (CERN/FP/116370/2010) sem justificação.

Resultado: Este projecto foi submetido por outra instituição e foi aprovado para financiamento em 27.000,00 € com uma classificação de mérito científico de excelente.

2) O Projecto de I&D, QREN, n.º 1600, com o título, "Aplicações Avançadas em Potência Pulsada", em co-promoção ISEL e a empresa LUSOFORMA, iniciou-se em Agosto de 2008 e tem fim previsto para Agosto de 2012. O projecto tem um orçamento global de 900.688,28 € (despesas elegíveis), do qual 316.276,62 € estão afectos ao ISEL. Desta afectação, o ISEL recebe 90.402,51 € relativos à participação dos seus docentes e mais 60.000,00 € de custos indirectos (overheads), o restante é destinado à aquisição de material e pagamento de recursos humanos (Bolsistas). A Presidência do ISEL disponibilizou espaço dedicado ao projecto apenas no início de 2010 mas em 11/11/2010, sem apresentar alternativa, procedeu a retirada unilateral do material da sala para um corredor anexo, sem condições de trabalho, com a justificação que a sala era necessária para outro projecto.

Resultado: Até à data a sala de onde foi retirado o material encontra-se tal como foi deixada nesse dia. O material que aí estava, referente ao projecto, foi deslocado para fora do ISEL para outra instituição onde está a funcionar.

Além do prestígio nacional e internacional que estes projectos conferem ao ISEL, na academia, nas instituições de investigação e na indústria, com o material adquirido com as verbas destes projectos é possível estar a dar apoio material à realização das partes experimentais das dissertações de doutoramento de 5 docentes e de mestrado de 9 alunos da ADESPA. De igual modo, foi possível disponibilizar material e equipamento para a realização da componente experimental das dissertações de mestrado, já concluídas, de 2 alunos da ADEETC. As verbas destes projectos foram também utilizadas no financiamento de missões a conferências científicas internacionais dos docentes da ADESPA integrantes dos projectos e envolvidos em doutoramento.

Como sabemos:

a) O ensino superior, nomeadamente de engenharia, é indissociável da actividade de I&D quase sempre associada à realização de teses de mestrado e doutoramento.

b) A submissão de novos cursos para acreditação, junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, tem em grande conta a Investigação Científica realizada.

c) Os futuros processos de acreditação dos cursos à A3ES terão em conta também as actividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) de que os projectos referidos são exemplo de referência, nomeadamente pela sua ligação à Indústria Portuguesa.

d) A cativação de Projectos de IDI é importante fonte de financiamento para a escola permitindo a aquisição de equipamentos que suportarão a investigação, mas, também o ensino.

e) É missão essencial do Ensino Superior a produção de Conhecimento Técnico e Científico como suporte ao desenvolvimento da Sociedade.

Neste problema tive a solidariedade de um grupo de 15 Professores Coordenadores do ISEL, de várias Áreas Departamentais, que solicitou a intervenção do Presidente do IPL, solicitação que não produziu efeitos.

Assim, venho por este meio solicitar aos membros do CTC que, uma vez que a Presidência do ISEL não tem uma política de apoio à actividade de I&D, procurem trabalhar para que, pelo menos, no futuro não se continuem a inviabilizar estas iniciativas conseguidas individualmente por um conjunto de docentes do ISEL.

Atenciosamente

Luis Redondo 16/12/2010»

## 2. Parecer sobre matriz de Suplemento ao Diploma

Face à informação de que o IPL teria já contratado com a empresa fornecedora do software de gestão académica DIGITALIS uma solução para este assunto e também a existência de proposta de suplemento ao



diploma por parte do IPL, foi decido remeter o processo ao Conselho Pedagógico e aos coordenadores de curso para reavaliação.

O Prof. Fernando Sousa ausentou-se da reunião.

### **3. Estatuto do aluno de Doutoramento**

Relativamente ao documento sobre o Procedimento para a realização de doutoramento, de 20 de Novembro de 2010, proposto pelo Serviço de Documentação e Publicações do ISEL, a comissão deliberou que, no que concerne ao ponto 1, o candidato a doutoramento deverá indicar, de forma fundamentada, a sua intenção de doutoramento relativamente à área científica.

Foi ainda deliberado que na redacção do documento, deverá ser claro que o candidato submete a sua candidatura e solicita o reconhecimento do seu estatuto de docente de doutoramento.

A Prof. Graça Alfaro chegou à reunião neste ponto.

O Prof. Paulo Marques propôs que não se designasse “Estatuto de docente de doutoramento” mas antes “Medidas de apoio à qualificação dos docentes integrados em programa de doutoramento” conforme o artigo n.º 15 do DL 207/2009.

Relativamente ao Anexo I a redacção do documento deverá indicar a existência de um parecer da Área Departamental e não apenas a tomada de conhecimento da intenção de candidatura ao doutoramento.

### **4. Proposta de criação de um novo curso de Mestrado em Engenharia da Manutenção ancorado na ADEM**

A Presidente do CTC pediu ao Prof. João Calado que desse uma breve explicação relativamente à proposta de mestrado apresentada.

O Prof. Luis Redondo perguntou se os recursos humanos e materiais disponíveis na ADEM eram suficientes ou se se previa a necessidade de contratações ou aquisições futuras. O Prof. João Calado disse que ia rentabilizar os meios disponíveis e que, para já, não se previa a necessidade de contratações.

O Prof. António Couto Pinto questionou se a criação deste mestrado não inviabilizaria o plano de doutoramento de docentes que o queiram fazer. O prof. João Calado assegurou que a criação deste mestrado não inviabilizaria a intenção dos docentes da ADEM que se quisessem candidatar ao doutoramento.

O prof. João Silva perguntou quando teria início o ano lectivo deste curso e a comissão foi informada que o curso já tinha sido submetido, aguardando aprovação.

O prof. Victor Mendes questionou se a A3ES retirasse a designação de engenharia no nome do mestrado qual a intenção da ADEM quanto a isso. O prof. João Calado disse que nome do mestrado só fazia sentido se contemplasse a designação de engenharia.

A Prof. Graça Alfaro propôs que se alterasse o nome do ponto em discussão para: “Ratificação da criação de um novo curso de Mestrado em Engenharia da Manutenção ancorado na ADEM “ e esta proposta foi

aprovada por maioria. Esta alteração prende-se com o facto da submissão da candidatura do curso à A3ES ter sido feita antes da reunião de plenário do CTC, não tendo sido cumprido o artigo 61º do RJIES.

O prof. Nuno Mendes ausentou-se da reunião.

Foi submetida a votação a ratificação da criação deste curso, tendo sido aprovada por unanimidade.

## **5. Provas públicas de Avaliação de Competência Pedagógica e Técnico-científica**

O prof. Manuel Barata fez uma breve introdução sobre como chegou à redacção de cada artigo do regulamento das provas públicas de avaliação de competência pedagógica e técnico-científica a que se refere o n.º 9 do artigo 6º da Lei 7/2010.

O prof. Fernando Sousa regressou à reunião.

A Presidente do CTC informou sobre o requerimento de alguns docentes para a prestação de provas públicas a que se refere o n.º 9 do artigo 6º da Lei 7/2010 e que já tinham obtido aprovação em provas públicas para professor adjunto realizadas em concurso anterior. Por esse motivo esses docentes, requereram também a sua dispensa desta prova alegando ao CTC que considere a prova pública para professor adjunto já realizada equivalente. Após análise e discussão do pedido, surgiram dúvidas quanto à concessão dessa equivalência pelo facto de as regras de constituição e funcionamento dos júris à altura serem diferentes das de agora nomeadamente o facto de os júris passarem a ser constituídos por uma maioria de membros externos à instituição. Nesse sentido, foi deliberado que essa equivalência não dever ser concedida.

Foi proposto que, quanto ao regulamento das provas públicas de avaliação de competência pedagógica e técnico-científica a que se refere o n.º 9 do artigo 6º da Lei 7/2007, na redacção do artigo 2º, a prova de discussão deve incidir sobre o currículo pedagógico e a lição, tendo uma duração máxima de 1 hora e 30 minutos.

O regulamento foi posto a votação e foi aprovado por maioria.

O Professor Fernando Sousa absteve-se de votar neste ponto uma vez que não participou na sua discussão.

## **6. Aprovação da Distribuição de Serviço Docente para o 2º semestre lectivo de 2010/2011**

O Prof. Victor Mendes ausentou-se da reunião.

Os presidentes das áreas departamentais referiram as dificuldades na elaboração da distribuição de serviço docente das respectivas áreas, tendo em conta o elevado número de docentes em formação. Todos eles referiram que o serviço docente atribuído cumpria as normas vigentes no ISEL e demais requisitos legais.

### **6.1 ADESPA**

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

### **6.2 ADEQ**

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

### 6.3 ADEC

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

### 6.4 SAF

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

A presidente do CTC pôs à consideração dos membros a inclusão, como convidado, do representante da Secção Autónoma de Física nas próximas reuniões do Plenário do CTC. Esta proposta foi aceite por unanimidade.

### 6.5 ADMat

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

### 6.6 ADEETC

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.

### 6.7 ADEM

Posta a votação foi aprovada por unanimidade.



## 7. Afecção da docente Matilde Pós-de-Mina Pato à ADEETC

Este ponto foi retirado da agenda a pedido do professor Paulo Marques.

## 8. Integração da docente Matilde Pós-de-Mina Pato no ICIST (Departamento de Engenharia Civil do IST)

Foi dado parecer favorável por unanimidade

A reunião terminou às 13:25.

<p>A Presidente do Conselho Técnico-científico</p>  <hr/> <p>Manuela Vieira</p> <p>(Prof. Coordenadora com agregação)</p>	<p>A Secretária da reunião</p>  <hr/> <p>Carla Marçal</p>
--	---